

ATUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CAIUÁ, EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA E PRESIDENTE VENCESLAU NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO

Alan da Silva Vinhaes¹
Larissa Oliveira Dionísio²

Resumo

A atuação do Estado brasileiro no direcionamento de políticas públicas para o desenvolvimento rural mostrou-se, historicamente, centralizadora e com estímulo ao desenvolvimento do seu projeto de modernização. Na década de 1990, algumas políticas públicas, tais como o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no âmbito do governo federal passaram a integrar a abordagem territorial em relação ao enfoque setorial até então adotado. No caso do Estado de São Paulo as políticas voltadas ao desenvolvimento rural se restringiram ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, os quais continuaram adotando a perspectiva setorial. Neste trabalho foi analisada a atuação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado - em três municípios pertencentes ao EDR de Presidente Venceslau: Caiuá, Euclides da Cunha Paulista e Presidente Venceslau.

Palavras-chave: Agricultura, Estado, Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável

Introdução

Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar, exerceu importante papel no abastecimento alimentar interno, mas o apoio governamental a esta categoria de produtores foi inexpressivo (MATTEI, 2014).

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira a partir de meados dos anos de 1960, as políticas públicas para o meio rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas em larga escala;

(...) o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola,

¹ Aluno do curso de graduação de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente-SP; asvinhaes2013@gmail.com.

² Aluna do curso de graduação de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente-SP; l_ttc@hotmail.com.

sobretudo nos itens relativos ao crédito rural aos preços mínimos e ao seguro da produção. (MATTEI, 2014, p.71).

Hespanhol, R. A. M. (2010) destaca que há relativo consenso de que entre as décadas de 1950 e 1980, as políticas públicas tiveram um caráter marcadamente setorial, caracterizadas quase que exclusivamente pelo seu viés agrícola, privilegiando, sobretudo os grandes produtores rurais vinculados às demandas do mercado externo.

Para Neves Neto (2013, p.60) as políticas públicas começaram a ganhar notoriedade nos governos de Juscelino Kubitschek e, principalmente, nos governos militares, pois segundo o autor

o fortalecimento do Estado e a elaboração de políticas públicas pensadas para todo o território nacional tornaram-se mais efetivos a partir do governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956-1961 (Plano de Metas) e, sobretudo, durante os governos militares (1964-1985), com o lançamento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (NEVES NETO, 2013, p. 61).

Na década de 1980 ocorreram significativas, mudanças no cenário político, com o fim da ditadura militar e a elaboração de uma nova Constituição Federal no ano de 1988, a qual trouxe consigo um novo marco para a formulação e implementação de políticas públicas, pois conferiu autonomia política administrativa aos municípios. Estes passaram a ser reconhecidos oficialmente como entes da federação e a ter recursos financeiros e autonomia para formular e implementar políticas públicas. Esta situação trouxe o desafio da coordenação intergovernamental na elaboração e execução de políticas públicas.

Neves Neto (2013, p. 62) ressalta que na década de 1980:

As políticas públicas direcionadas aos espaços rurais eram estritamente setoriais, focadas no estímulo a produção agrícola e tendo como beneficiários os grandes e médios produtores, a exemplo disto o financiamento agrícola instituído pelos governos militares (1964-1985). Esta concessão de crédito rural subsidiado foi o principal mecanismo utilizado pelo Estado para promover as alterações da base técnica da agricultura brasileira.

Hespanhol (2013) destaca que na década de 1990 e no início do século XXI, houve importantes mudanças nas políticas destinadas ao meio rural, principalmente em relação à agricultura familiar. Diversos programas foram criados para atender os agricultores familiares, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), sendo, por meio dele, oficialmente reconhecida a importância da agricultura familiar.

Assim a criação do PRONAF representou:

A legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistências (MATTEI, 2014, p.72).

Veloso (2011) destaca que entre 1998/99 e 2008/09 foram efetuados 13,5 milhões de contratos do PRONAF e disponibilizados 55,8 bilhões de reais em recursos. No entanto, tais recursos beneficiaram principalmente os produtores que possuíam maior nível de capitalização dentre os agricultores familiares. Assim, a maioria dos agricultores familiares não conseguiu ter acesso aos recursos do programa.

Contudo, a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável requer, entre outras coisas, uma,

mudança de foco nas estratégias de desenvolvimento rural, historicamente utilizadas no Brasil, onde, conforme afirma Ehlers (1996), a exemplo de outros países em desenvolvimento, as propriedades patronais foram consideradas mais adequadas para a implantação do padrão convencional, tendo a agricultura familiar sido relegada a segundo plano, principalmente no que se refere a incentivos e acesso a crédito (ASSIS, 2006, p. 82).

Nos subtítulos seguintes serão analisados o Programa de Microbacias, no Estado de São Paulo e os seus respectivos efeitos sobre as organizações de produtores rurais.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH)

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) passou a contar com apoio do Banco Mundial a partir do ano 2000 e caracterizou-se por abranger três princípios básicos: “a busca por uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa), participação e envolvimento da sociedade civil, descentralização e transparência nas ações governamentais” (NEVES NETO, 2009, p.4 *apud* FONTES, 2006).

Neves Neto (2009, p.98) destaca que o Programa de Microbacias em sua primeira edição contou com apoio financeiro do Estado de São Paulo e do Banco Mundial (2000-2008), teve

como principal objetivo atender os pequenos e médios produtores rurais, “já os grandes produtores rurais, por possuírem maior produção, maior facilidade de acesso ao crédito e assim maior renda, foram menos beneficiados por essa política pública estadual”.

De acordo com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI, 2001, p.40), o PEMH teve como propósito incentivar o desenvolvimento rural no Estado de São Paulo, destacando-se as melhorias dos níveis de renda, maior produtividade, “redução de custos e uma reorientação técnica-agronômica”.

Para conseguir os benefícios do programa, os municípios atendidos, teriam que atender a dois requisitos básicos, conforme também destaca Neves Neto (2014, p.152):

possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com participação de diferentes setores da sociedade civil e formalizar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apresentando as diferentes operações do programa, contendo um plano de trabalho com todas as ações previstas no município.

Neves Neto (2011, p.187) destaca que havia a necessidade de os produtores rurais formarem grupos, de pelo menos cinco produtores, para elaborar um “Projeto de Empreendimento Comunitário – PEC. Para o acesso ao incentivo, por estabelecimento rural foi necessário elaborar os Planos Individuais de Propriedade – PIP”.

O autor supracitado ainda destaca que na primeira edição do Programa de Microbacias (2000-2008), houve aumento no número de associações de produtores rurais, porém isto ocorreu somente devido à motivação para acessar os recursos financeiros do programa. Contudo, após o fim desta primeira edição do programa, muitas associações não conseguiram se manter e permaneceram desativadas.

Apesar de não ter atingido totalmente suas metas, Neves Neto (2014) relata que os resultados do Programa de Microbacias foram variados entre os aspectos positivos e negativos, mesmo com diversos fatores, tanto na escala estadual como na regional.

Hespanhol (2008, p. 10) destaca que o “maior ou menor êxito dependeu basicamente do interesse e do empenho das autoridades municipais, da atuação dos técnicos executores e do envolvimento e nível de organização dos produtores rurais”.

Ao final da primeira fase do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo, conclui-se que as suas ações se concentraram em aspectos agrônômico-conservacionistas, tais como o controle de processos erosivos, cercamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), adubação verde e readequação de estradas rurais. Neves Neto (2014) considera que mesmo com

estas ações o programa foi insuficiente para promover o desenvolvimento rural sustentável, pois há necessidade de ações governamentais concretas para garantir renda e emprego à população que vive nos espaços rurais.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado

No ano de 2011, foi lançada a segunda edição do Programa de Microbacias que tem como principal objetivo promover a maior integração dos pequenos produtores rurais ao mercado, diferente, portanto da sua primeira edição que possuía caráter ambiental.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, está sendo executado desde 2011, com previsão inicial de conclusão para o ano de 2015. No entanto, o projeto foi prorrogado até o mês de setembro de 2017.

De acordo com SÃO PAULO (2011), o Microbacias II é executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SEAB), por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI), que é responsável por 81,2% do total dos recursos disponíveis para o projeto, e pela Secretaria do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN).

No quadro 1 são apresentadas as principais diferenças entre as duas edições do programa.

Quadro 1. Comparação entre as duas edições do Programa de Microbacias

	PEMH	MICROBACIAS II
Foco	Ambiental	*Aumento da competitividade *Aumento de emprego e renda
Unidade de Trabalho	Microbacia Hidrográfica	Organização de produtores (Associação e Cooperativa)
Beneficiários	Produtores Individuais e/ou Coletivos Associações - fortalecimento	Associação e Cooperativa Agricultores familiares e grupos de uma cadeia produtiva comum envolvida pela Associação/Cooperativa
Execução	Plano de Microbacia	Plano de Negócio

Fonte: Neves Neto; Hespagnol, 2015, p. 247

De acordo com a SÃO PAULO (2011) o Estado de São Paulo vem enfrentando dois grandes desafios em relação à agricultura familiar:

- 1- A baixa competitividade da agricultura familiar que se deve: à falta de infraestrutura, acesso limitado a crédito rural, baixo nível de escolaridade, falta de conhecimento sobre a demanda do mercado, envelhecimento da população rural, falta de mão de obra, entre outros problemas.
- 2- O segundo desafio está relacionado com o avanço do nível de degradação ambiental das áreas rurais, afetando diretamente os pequenos agricultores.

Para ter o apoio financeiro do projeto,

a associação ou cooperativa necessita apresentar um plano de negócio. Este plano deve conter um número mínimo de 15 participantes e 50% devem ser classificados como agricultores familiares. Às comunidades tradicionais, sendo indígena ou quilombola, somente receberá os recursos para a implantação dos seus projetos se possuírem a titulação da propriedade reconhecida através de órgãos oficiais e podem apresentar seu projeto a qualquer momento, não dependendo de abertura de chamadas. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio>> Acesso em 03/08/2017).

Assim com a finalidade de aumentar a competitividade dos pequenos e médios agricultores familiares, incluindo grupos como indígenas e quilombolas, o projeto Microbacias II visa fortalecer as organizações de produtores rurais e apoiar iniciativas de negócios destas organizações que procuram ampliar o acesso ao mercado e, também a consolidação das políticas públicas, infraestrutura física e os serviços de extensão rural.

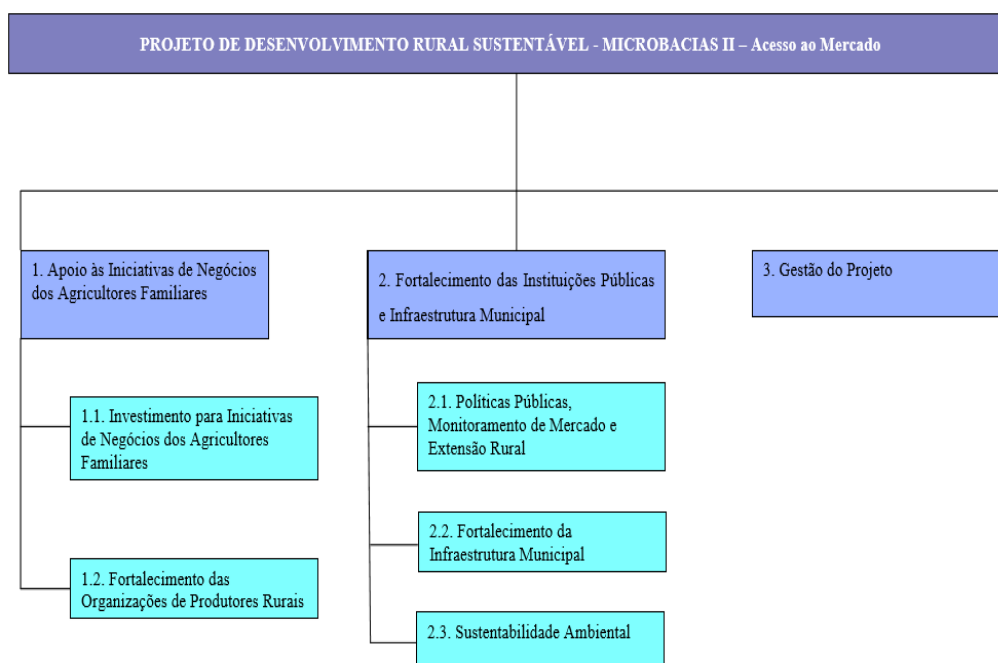
As metas do projeto Microbacias II são:

- O atendimento para 22.000 famílias de agricultores familiares e 350 famílias de tribos indígenas e 300 comunidades quilombolas;
- 30 mil famílias introduzidas nas organizações de produtores rurais receberão assistência técnica e capacitação do programa;
- 1.200 associações/cooperativas de produtores serão identificadas e estimuladas a apresentarem propostas de negócios;
- Abranger 550 municípios do Estado de São Paulo, que já possui estabelecido o convênio com a SAA/CATI e possuam os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, acompanhados e monitorados;
- Capacitar 550 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Readequar 18.000 km de estradas rurais em 120 municípios, para permitir a trafegabilidade o ano inteiro;
- Apoiar 40 subprojetos ambientais; e
- Inserir dois programas de serviços ambientais (SÃO PAULO, 2010b, p.5).

Os agricultores são classificados em três categorias: 1) agricultores familiares possuem e/ou exploram área agrícola que somam até 4 módulos fiscais do município, obtêm renda familiar proveniente predominantemente da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada e utilizem predominantemente trabalho de suas próprias famílias para a produção agrícola e transformação. 2) aos médios agricultores possuem e/ou exploram área de 4 até 15 módulos fiscais do município e obtêm renda familiar proveniente predominantemente também da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada; ou que possuem e/ou explorem área total até 4 módulos fiscais e que não atendam os demais quesitos para enquadramento como agricultor familiar, nesta categoria os beneficiários não terão incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos. 3) grandes agricultores não se enquadram nos critérios citados anteriormente e não serão beneficiários dos incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos (SÃO PAULO, 2015).

Na figura 1 é apresentada a estrutura dos componentes e subcomponentes do Microbacias II, que se organiza com base em três componentes principais: 1) apoio as iniciativas de negócio dos agricultores familiares; 2) fortalecimento das instituições públicas e a infraestrutura municipal e 3) gestão do projeto.

Figura 1. Estrutura dos Componentes e Subcomponentes do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: SÃO PAULO, 2015, p.5

Os recursos financeiros disponibilizados por meio do PDRS, as associação ou cooperativas poderão alocar somente nos seguintes bens e serviços coletivos, desde que previstos nos planos de negócios específicos: máquinas, equipamentos ou serviços que beneficiam a atividade de colheita ou processamento e armazenagem dos produtos; construção de barracões para instalação de máquinas e equipamentos ou serviços de infraestrutura (energia elétrica, comunicação) fundamentais para a implantação do negócio proposto; serviços de montagem de equipamentos; certificações das propriedades dos produtores ou sistemas de produção; investimentos em logística para transporte e comercialização dos produtos e consultorias especializadas para auxiliar na implantação do empreendimento, podendo ser nas áreas de tecnologia de processamento ou em estratégias de mercado. Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio> > Acesso em 04/08/2017).

No entanto o produtor rural pode ter acesso, por meio do Microbacias II, a benefícios individuais desde que relacionados à proposta de iniciativa de negócio aprovada, podendo ser reembolsadas parcialmente as despesas necessárias para os investimentos visando à melhoria da eficiência operacional e da infraestrutura da propriedade associada ao negócio proposto (sistemas de irrigação, máquinas e equipamentos agropecuários, entre outros); investimentos objetivando a adequação da propriedade às responsabilidades sociais e ambientais, quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização e aqueles necessários para adequação da propriedade à responsabilidade social e ambiental, exigidos em processos de certificação; mudanças orientadas para a melhoria tecnológica do negócio proposto; implantação de práticas agrícolas sustentáveis quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização; e a recuperação de áreas degradadas e conservação dos recursos naturais (controle de erosão, recuperação de APP), quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização (SÃO PAULO, 2015).

Para receber o apoio, a associação ou cooperativa deve apresentar uma proposta de negócio que envolva todos os associados ou cooperados ou apenas parte deles. O grupo envolvido com a proposta deve ter, no mínimo, 15 produtores rurais associados ou cooperados, dos quais mais de 50% devem ser classificados como agricultores familiares para a proposta ser considerada elegível. O percentual de apoio do projeto ao plano de negócio dependente do número de agricultores familiares, conforme especificado no Quadro 2.

Quadro 2. Beneficiários e Valores máximos apoiados pelo Projeto Microbacias II aos planos de Negócios

Beneficiários	Valor Máximo Apoiado R\$	% de apoio	Caracterização dos proponentes da proposta de iniciativa de negócio
Associações ou Cooperativas de Produtores Rurais	800.000,00	Até 70%	Proposta de iniciativa de negócio constituída por grupo com mais de 70% de agricultores familiares (> 70%)
		Até 50%	Proposta de iniciativa de negócio constituída por grupo com mais de 50% e até 70% de agricultores familiares (> 50 a 70%)
Associações ou Cooperativas de Comunidades Tradicionais (Indígenas e Quilombolas)	200.000,00	99%	Projetos comunitários de comunidades tradicionais (Indígenas e Quilombolas)

Fonte: SÃO PAULO, 2015, p.24.

O apoio financeiro individual é restrito aos agricultores familiares. Nesse caso o reembolso será de até 70% do valor do bem ou serviço, limitado a um teto de R\$ 10.000,00 por agricultor durante todo o projeto.

Porém, a exemplo de outras políticas públicas, Neves Neto (2014, p.98) relata que o projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado

é altamente seletivo e excludente, por priorizar um pequeno número de produtores (inseridos num plano de negócio) e se restringir a organizações rurais com maior nível de capitalização, as quais normalmente apresentam condições mais favoráveis para enfrentar as vicissitudes do mercado, independente do apoio oficial. Novamente, os produtores rurais descapitalizados, que enfrentam graves problemas ambientais em suas propriedades ficarão à margem dessa política pública, financiada com recursos de toda a sociedade.

De acordo com a CATI (2016), após seis anos do seu lançamento, o Projeto Microbacias II apresenta resultados que refletem a realidade das associações, cooperativas de produtores rurais e comunidades tradicionais de todo o Estado de São Paulo, tendo havido a diminuição do interesse ao longo das chamadas públicas realizadas. Em quatro chamadas públicas foram aprovados 163 planos de negócios, beneficiando diversas cadeias produtivas.

Atualmente o projeto está na quinta chamada, que contou com 90 manifestações de interesse e, dessas, 70 planos de iniciativa de negócio, que atualmente se encontram em fase de

avaliação, o interesse na elaboração do plano de negócio voltou a ser maior do que nas chamadas anteriores, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1. Chamadas Públicas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado

Chamada	Interesses	Entregues	Aprovados	Habilitados	Investimento Em milhões de reais
1	135	92	38	36	14,8
2	103	98	40	40	16,9
3	65	38	35	35	14,3
4	65	60	52	Em processo	21,9
5	90	70	Em processo	Em processo	-

Fonte: Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-resumo-chamadas> Acesso em 04/08/2017.

Por fim, o Microbacias II proporciona também uma forte integração com os municípios, ao disponibilizar um sistema informatizado georreferenciado de gestão da malha viária local, além de apoiar financeiramente a melhoria da infraestrutura municipal, principalmente a reabilitação de trechos críticos e manutenção das estradas rurais não asfaltadas, consideradas fundamentais para o acesso às cidades, e a responsabilidade na melhoria na estrutura da própria CATI, especialmente no que diz respeito à capacitação do quadro de funcionários, à aquisição de equipamentos e veículos, bem como à melhoria da infraestrutura, possibilitando a reforma de várias Casas da Agricultura em todo o Estado.

O Projeto Microbacias II no EDR de Presidente Venceslau

O Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Venceslau está localizado no interior do Estado de São Paulo e é constituído por 11 municípios: Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio.

No quadro 3, estão indicadas as associações localizadas nos municípios em que há planos de negócios aprovados e que atualmente se encontram em execução. Dentre os três planos de negócios aprovados, dois se constituem na implantação de *Packing house*.³

³ O conceito de *Packing house* popularmente é conhecido como "barracão". Trata-se de uma unidade de beneficiamento, onde se podem concentrar os produtos de diversos associados, classificando, lavando, embalando, paletizando e formando cargas para o mercado consumidor (Associação União Agropecuária do Assentamento "Luís Moraes Neto, 2012, p.2).

Quadro 3. Municípios com plano de negócio aprovado no Microbacias II no EDR de Presidente Venceslau

Município	Associação	Cadeia Produtiva	Empreendimento
Caiuá	Associação União Agropecuária do Assentamento Luís Morais Neto	Hortifruti	<i>Packing House</i>
Euclides da Cunha Paulista	Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa	Pecuária Leiteira	Implantação de Agroindústria
Presidente Venceslau	Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera	Hortifruti	<i>Packing House</i>

Fonte: Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio> > Acesso em 04/08/2017.

As demais associações e cooperativas existentes no EDR de Presidente Venceslau não elaboraram propostas ou desistiram, a exemplo do que ocorreu com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III, localizada no município de Caiuá. No município de Mirante do Paranapanema o plano de negócio ainda não se encontra em fase de implantação pela Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar (COOPPAF), pois o projeto ainda está em fase de correção.

Verifica-se no tabela 2, que houve grande manifestação de interesse dos agricultores familiares na primeira chamada do projeto, mas, como ressalta o engenheiro da CATI de Presidente Venceslau, esse número foi caindo devido à grande burocracia do projeto e a necessidade de elaborar um bom plano de negócio para ser aprovado, fazendo com que algumas associações desistissem de submeter propostas.

Tabela 2. Manifestação de Interesse e os planos de negócios aprovado no EDR de Presidente Venceslau
 EDR de Presidente Venceslau

Número de Chamadas	Manifestação de Interesse	Plano de Negócio	Número de Aprovados
1º	23	16	2
2º	1	0	0
3º	1	1	0
4º	2	2	1
5º	11	10	1
6º	13	13	3

Fonte: EDR de Presidente Venceslau, elaborado por Alan Vinhaes

As exigências para a aprovação dos planos de negócios e a falta empenho das associações e cooperativas fizeram com que o número de manifestações de interesse fosse caindo ao longo do tempo. Apenas a partir da quinta chamada houve ampliação do número de manifestações de interesse, entretanto apenas na sexta chamada foram aprovados os planos de

negócios propostos pelas associações dos municípios de Caiuá, Euclides da Cunha Paulista e Presidente Venceslau. O trabalho de campo foi realizado nos três municípios.

Na tabela 3 consta o efetivo populacional de 2010 e a população estimada para o ano de 2017 dos municípios três municípios onde estão situadas as associações que possuem planos de negócios aprovados.

Tabela 3. População total dos municípios de Caiuá, Presidente Venceslau, Euclides da Cunha Paulista e Mirante do Paranapanema – 2010 e a população estimada em 2016

Municípios	População em 2010	População Estimada em 2016
Caiuá	5.039	5.628
Euclides da Cunha Paulista	9.585	9.600
Mirante do Paranapanema	17.059	18.056
Presidente Venceslau	37.710	39.746
Total	69.393	73.030

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico de 2010 e <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>.

No quadro 4 são indicadas as associações, municípios e as cadeias produtivas que possuem plano de negócio em execução. Nota-se o baixo número de agricultores participantes, o que se deve a desistência em razão da burocracia (demora para a execução do plano de negócio) e ao medo de assumir compromissos financeiros.

Quadro 4. Municípios com Planos de Negócios aprovados pelo Microbacias II na área estudada

Beneficiários	Municípios	Cadeias Produtivas	Número de Agricultores Participantes
Associação União Agropecuária do Assentamento Luís Moraes Neto	Caiuá-SP	Hortifruti	25
Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa	Euclides da Cunha Paulista-SP	Pecuária Leiteira	33
Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera	Presidente Venceslau-SP	Hortifruti	29

Fonte: EDR de Presidente Venceslau

A Associação União Agropecuária do Assentamento “Luís Moraes Neto”, localizada no município de Caiuá foi constituída no ano de 2009, com o objetivo de mitigar os problemas dos produtores rurais assentados, e possui 33 produtores rurais que produzem alface, cenoura, couve, quiabo, mandioca, abobora, maxixe, manga e acerola, como é indicado na tabela 4.

Tabela 4. Produção ao ano dos produtores rurais da Associação União Agropecuária do Assentamento “Luís Moraes Neto”

Produtos	Quantidade
Alface	52.300 pés
Cenoura	8.000 kg
Couve	2.000 kg
Quiabo	3.000 kg
Mandioca	6.000 kg
Abóbora	10.000 kg
Maxixe	3.000 kg
Manga	2.500 kg
Acerola	1.000 kg

Fonte: Associação União Agropecuária do Assentamento “Luís Moraes Neto”, 2012.

A associação tem como objetivo o aumento da renda de seus associados, agregando valor à cadeia produtiva de hortaliças. Atualmente os produtos dos associados são entregues às entidades municipais e estaduais, com o empreendimento financiado pelo Microbacias II se pretende vender também para os supermercados da região com a oferta de hortaliças selecionadas, higienizadas e acondicionadas em embalagens individuais (Associação União Agropecuária do Assentamento “Luís Moraes Neto”, 2012).

Com o *packing house*, um dos objetivos do plano de negócio é ampliar em 20% a produção ao ano e agregar valor aos produtos. O valor da contrapartida exigida pelo projeto, foi obtido por meio da retenção e comercialização de bezerros machos advindos da atividade de pecuária leiteira da Associação União Agropecuária do Assentamento “Luís Moraes Neto” e de empréstimo contraído do Banco do Brasil.

O investimento no plano de negócio da associação está estimado em R\$539.405,00, porém obteve do Microbacias II o valor de R\$363.583,00, que engloba a construção do *packing house*, a compra de uma câmara fria, equipamentos para lavagem, pesagem e higienização dos produtos, cortador transversal de folhas, centrífuga para vegetais de folhas em caixotes, seladora para encolhimento e seladora comum, balança transpaleteira, estufas, conjunto de irrigação e a construção de uma fossa séptica com três decantadores, alguns desses equipamentos estão mostrados na foto 1.

Foto 1. Paisagem dos produtos na Associação União Agropecuária do Assentamento Luís Moraes Neto com os equipamentos adquiridos no projeto Microbacias II



Fonte: Alan Vinhaes, 2016.

Por fim, a Associação União Agropecuária do Assentamento “Luís Moraes Neto” também trabalha com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴, nas escolas dos municípios de: Caiuá, Marabá Paulista, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau e Santo Anastácio.

A Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa, no município de Euclides da Cunha Paulista, foi fundada em setembro de 2.006, com o objetivo de contribuir para a criação de oportunidades de acesso a canais de comercialização, articulando ações de cooperação entre os produtores rurais, que trouxessem recursos para desenvolvimento da atividade produtiva.

A associação conta com 84 produtores rurais, porém apenas 25 participam do projeto de Microbacias II, e seis desistiram devido à demora de mais de três anos para a aprovação do plano de negócio.

Desde 2015, a Associação Vitória Viva realiza a comercialização de seus associados através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especificamente no que se refere à

⁴ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional (Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao> Acesso em 05/08/2017.).

entrega de produtos de origem vegetal. Esse programa foi criado no ano de 2003 no âmbito do Programa Fome Zero e visa articular a produção da agricultura familiar com a compra institucional dirigida ao fornecimento de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade social.

No plano de negócio aprovado constam a construção instalações para a implantação da unidade de processamento, do escritório e de um laboratório, como é mostrado na foto 2.

Com este empreendimento pretende-se pasteurizar parte do leite produzido a fim de melhorar a sua qualidade, visto que a pasteurização assegura a sanidade do produto, sendo suficiente para a eliminação completa dos patógenos e da quase totalidade dos microrganismos maléficos presentes no leite cru.

Além do leite, o empreendimento estará equipado para a produção de iogurte com polpa de frutas, no sentido de poder oferecer ao mercado consumidor mais um produto bastante demandado pelas prefeituras municipais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O investimento previsto no plano de negócio é de R\$ 774.690,57, sendo que 70%, ou R\$ 542.283,40 deverão ser financiados pelo Programa de Microbacias II. Para construção da agroindústria serão investidos R\$ 493.690,57 e R\$ 281.000,00 para investimentos individuais.

A contrapartida da Associação vem da contribuição individual de cada associado, totalizando R\$148.107,20 no investimento coletivo e R\$ 84.300,00 nos investimentos individuais.

Foto 2. Área da implantação da agroindústria da Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa



Fonte: *Fonte: Alan Vinhaes, 2016.*

Contudo, o essencial do projeto é o início do beneficiamento de leite, com a implantação de uma mini usina para pasteurização do leite produzido e fabricação de iogurte, além da construção de escritório e aquisição de caminhão com tanque refrigerado para a coleta do produto.

A Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera, localizada no município de Presidente Venceslau, foi fundada no ano de 2003, tendo como motivação inicial o uso de um trator doado, a partir do estabelecimento de uma parceria entre o governo estadual e a prefeitura.

A proposta do *Packing House* é concentrar os produtos de 29 produtores rurais que participam do projeto de Microbacias II, oferecendo uma variedade de produtos hortifrutícolas através do plantio no solo e em estufas com irrigação por gotejamento, realizando as tarefas de classificar, lavar (higienizar), melhorar a aparência dos produtos, embalar, resfriar, paletizar, comercializar, controlar a oferta, formar cargas para o mercado consumidor, trabalhar a redução dos custos de transporte e reter produtos de menor qualidade.

O objetivo do plano de negócio é que através dos associados se desenvolva a prática de:

(...) uma agricultura alternativa que busca maximizar os benefícios sociais e a auto sustentabilidade; minimizar ou até eliminar a dependência de energia não renovável; preservar o meio ambiente através da utilização dos recursos naturais renováveis, onde se busca um conceito de desenvolvimento ao qual se pode chegar com modalidades de produção, tecnologia que têm uma base agroecológica; aumentar a produtividade e melhoria da qualidade dos produtos; integrar melhores práticas de manejo do solo e da água e sistemas de produção mais competitivos e sustentáveis; fortalecer a capacidade organizacional e gerencial da Associação Campos Verdes; e promover uma participação mais ativa dos associados para se integrem de forma competitiva nas cadeias produtivas, na região onde existe competitividade (Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera, 2012, p.9).

Os principais canais de comercialização da associação são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), alguns supermercados (Pinheirão, Ulian e Fruti Verde) e a feira livre localizada no município de Presidente Venceslau.

Na foto 3, é mostrado o galpão em que será realizado os procedimentos para os produtos da associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera.

Foto 3. Galpão onde será realizado os procedimentos para cortar, embalar e distribuir os produtos da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera



Fonte: Alan Vinhaes, 2016

Em relação à contrapartida do projeto, a associação vem poupando recursos próprios como a presidente relatou, sem haver a necessidade de recorrer a uma linha de financiamento no sistema financeiro.

Em termos de rendimento, os associados conseguiram realmente notar a diferença no preço pago pelos produtos embalados, pois o produto diferenciado tem destaque, como abordou a presidente.

Os pontos positivos são: o aumento da renda dos produtores rurais, o fortalecimento do associativismo, pois os poucos produtores rurais que aceitaram participar do plano de negócio, hoje notam a diferença, mesmo com a burocracia dos projetos, não se arrependem em participar do projeto.

Por fim, de negativo o entrevistado relatou que faltou um preparo maior das organizações para aderirem ao projeto de Microbacias II, pois não havia uma maturidade das organizações, não há conexão em muitas associações, resultando em diversos casos, em despreparo e a desistência de participar da elaboração de um plano de negócio.

Considerações Finais

Houve mudança de foco da primeira para a segunda edição do Programa de Microbacias, o que o descaracterizou porque ficou muito focado na agregação de valor aos produtos e a maior inserção da agricultura familiar ao mercado em detrimento do foco ambiental. O número de beneficiários do programa tem sido relativamente pequeno e a burocracia exigida para acessar os recursos financeiros tem sido bastante grande, pois os produtores rurais ainda sentem receio em relação a política pública, o que tem provocado à desistência de algumas associações e cooperativas que tiveram planos de negócios aprovados.

Em termos gerais, de acordo com os entrevistados, o Programa de Microbacias possui aspectos positivos e negativos. Dentre os aspectos positivos se destaca a disponibilização de recursos financeiros, a fundo perdidos, para o financiamento de planos de negócios. Dentre os aspectos negativos se destacam a burocracia exigida para a aprovação e liberação dos recursos financeiros, tornando inviável a participação de todos os associados ou cooperados e a falta de comunicação entre as diferentes secretarias estaduais.

Dentre os quatro municípios do EDR de Presidente Venceslau que possuem planos de negócios, apenas três estão em execução, são eles: Caiuá (Associação União Agropecuária do Assentamento Luís Morais Neto), a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III desistiu da participação do programa por problemas burocráticos na associação; Euclides da Cunha Paulista (Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa) e Presidente Venceslau (Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera). O único município que possui plano de negócio e não está em execução é Mirante do Paranapanema (Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar – COOPPAF), pois o plano de negócio está em fase de correção.

Desses planos de negócios analisados do EDR de Presidente Venceslau, o mais adiantado é o da Associação União Agropecuária do Assentamento Luís Morais Neto no município de Caiuá, que já está em execução com o *packing house* e com os equipamentos. Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera, localizada em Presidente Venceslau, também já está com a construção finalizada do barracão e todo o equipamento comprado para a utilização no processo de corte, embalagem dos produtos, faltando apenas à liberação da vigilância sanitária. Euclides da Cunha Paulista já iniciou a

construção do laticínio e de um escritório e a obra está em fase de conclusão e os equipamentos já foram comprados.

O Microbacias II trouxe uma nova visão aos pequenos e médios produtores rurais, pois ao longo da história os maiores beneficiados sempre foram os grandes produtores, dificultando assim a participação no mercado regional, estadual e federal das pequenas associações e cooperativas.

Nas associações estudadas no trabalho de campo nos municípios de Caiuá, Euclides da Cunha Paulista e Presidente Venceslau, notou-se que as associações tentam usufruir de todas políticas públicas que pode ter acesso, como por exemplo o PAA, PNAE, PPAIS, Vivaleite etc.

Por fim, espera-se que o Microbacias II melhore a renda dos agricultores familiares através desta política pública e de outras já existentes possibilitando maiores oportunidades aos pequenos e médios produtores rurais.

Referências

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Economia Aplicada*, vol. 10, n. 1, p. 75-89, jan./mar. 2006.

CATI. *Coordenadoria de Assistência Técnica Integral*. Plano de Negócio – Microbacias II – Acesso ao Mercado – Caiuá – EDR de Presidente Venceslau, Associação União Agropecuária do Assentamento “Luís Moraes Neto”, 2012.

CATI. *Coordenadoria de Assistência Técnica Integral*. Plano de Negócio – Microbacias II – Acesso ao Mercado –Presidente Venceslau, EDR de Presidente Venceslau - Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera – 2012.

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-resumo-chamadas> Acesso em 04/08/2017.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. *Manual do Programa – Seção Operativa*. CATI: São Paulo, 2001.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial/ In: *Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP*, 4º., 2008, São Paulo. P. 370-392.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. *O Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidade de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar*. Sociedade & Natureza (UFU Online), v.25, p.469-483, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>> Acesso em 05/08/2017.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro. *O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 196 f. 2009.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II. *Fórum Ambiental da Alta Paulista*, vol.07, nº 02, 2011.

NEVES NETO, Carlos de Castro. *Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo*. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. *Rev. Ateliê Geográfico*, Goiânia-GO, v.8, n.1, p. 74-102, abr/2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Os Efeitos da Descontinuidade no Programa de Microbacias em São Paulo. *Revista Formação*, nº22, vol. 2, p. 234-251, 2015.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio>> Acesso em 03/08/2017

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado*. Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, 2010 b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado*. Acordo de empréstimo – 7908 BR: Manual Operacional, 2015.

VELOSO, Fernando. *Políticas Públicas no município de Junqueirópolis (SP): O Pronaf e o PAA*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2011.